

Paulo Sérgio Alves Sequeira de Miranda (i).
 Paulo Sérgio Sousa Silva (f).
 Pedro Manuel Nogueira da Fonseca (k).
 Pedro Miguel de Almeida Ferreira (e).
 Pedro Miguel Guerreiro Martins (i).
 Pedro Miguel Lopes Guerreiro (a).
 Pedro Miguel Tavares Rodrigues (e).
 Pedro Nuno Toscano de Almeida (i).
 Ricardo Domingos Ferreira Moreira (d).
 Ricardo Filipe Breyd de Carvalho (a) (h).
 Ricardo Filipe Charrua Santiago Rapaz Ramos (d).
 Ricardo José Santos Martins (d).
 Ricardo Sérgio da Rocha Osório (d).
 Rogério Armindo da Cunha Vieira (i).
 Rogério Cerqueira Pires (i).
 Romeu Araújo da Silva (i).
 Rui Alexandre Rodrigues Pereira da Costa (f) (i).
 Rui Guerra Lopes (e).
 Rui Jorge da Silva Pinto (j).
 Rui Manuel da Silva Lopes (i).
 Rui Pedro Ferreira Coelho (g) (q).
 Rute Ascenso Vieira Salgueiro (e).
 Rute Isabel da Rocha Silvestre (d).
 Sancho Magno da Silva Abreu (l).
 Sandra Isabel Pinto Pereira (i).
 Sandra Marlene Ferreira Baptista (d).
 Sandra Paula Rainho Ribeiro (i).
 Sérgio Carlos Soares dos Santos (i).
 Sérgio Ribeiro Antunes (i).
 Silvério Manuel Carvalho Magalhães (a).
 Sílvia Cristina Martins de Oliveira (d).
 Sofia Alexandra Ferreira Marques Casaleiro (i).
 Sónia Cristina Lobo Carregueira Moreno (i).
 Soraia Alexandra Varanda Alves (d).
 Susana Cristina Alves Ribeiro (o).
 Telmo Fernando Dias dos Santos (e).
 Vanda Isabel da Graça Eustáquio (e).
 Vanessa Ferreira Borges Gerardo (d).
 Vítor Domingos dos Santos Barros (e).
 Vítor Manuel dos Santos Coelho (i).
 Vítor Manuel Santos Duarte Ribeiro (i).
 Vítor Rosa Martins (g).

(a) Não possui vínculo à função pública, de acordo com o solicitado na alínea a) do n.º 5.1 do aviso de abertura do concurso.

(b) Não reúne as condições necessárias dos agentes (estar a exercer funções correspondentes a necessidades permanentes há mais de um ano).

(c) Não possui o período mínimo de três anos em lugar do quadro de pessoal do serviço para onde foi recrutado, de acordo com o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 101/2003, de 23 de Maio.

(d) Não reúne as condições previstas no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro (estar pelo menos cinco anos em regime de contrato).

(e) Não reúne as condições previstas no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro (encontrar-se nos últimos seis meses de vigência do contrato).

(f) Não juntou fotocópia da carta de condução de veículos ligeiros, de acordo com o solicitado na alínea c) do n.º 9.2 do aviso de abertura do concurso.

(g) Não juntou fotocópia da carta de condução de veículos ligeiros reconhecida pela Direcção-Geral de Viação.

(h) Não possui as habilitações literárias exigidas na alínea d) do n.º 5.1 do aviso de abertura do concurso (11.º ano de escolaridade ou equivalente).

(i) Não reúne o requisito exigido na alínea c) do n.º 5.1 do aviso de abertura do concurso (idade).

(j) Requerimento remetido fora de prazo.

(k) Não juntou documento comprovativo das habilitações literárias exigidas na alínea d) do n.º 5.1 do aviso de abertura do concurso, (11.º ano de escolaridade ou equivalente) nem declarou sob compromisso de honra, em alínea separada, no requerimento.

(l) Não comprovou estar abrangido(a) pelo disposto no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro (estar pelo menos cinco anos em regime de contrato).

(m) Não comprovou estar abrangido(a) pelo disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro (encontrar-se nos últimos seis meses de contrato).

(n) Não comprovou possuir as habilitações literárias exigidas na alínea d) do n.º 5.1 do aviso de abertura do concurso (11.º ano de escolaridade ou equivalente).

(o) Não possui carta de condução de veículos ligeiros, requisito exigido na alínea e) do n.º 5.1 do aviso de abertura do concurso.

(p) Não juntou declaração emitida pelos serviços a que o(a) candidato(a) se encontra vinculado(a), de acordo com o solicitado na alínea a) do n.º 9.2 do aviso de abertura do concurso.

(q) Não juntou declaração emitida pela Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar que comprove os requisitos exigidos no n.º 5.2 do aviso de abertura do concurso [existência e duração (início e termo) do contrato], solicitada na alínea a) do n.º 9.2 do aviso de abertura do concurso.

(r) A declaração emitida pelo serviço a que o candidato(a) está vinculado(a) não se encontra de acordo com o solicitado pela alínea a) do n.º 9.2 do aviso de abertura do concurso, pelo que não comprova ser funcionário(a) ou agente, de acordo com o solicitado na alínea a) do n.º 5.1 do referido aviso de abertura.

14 de Abril de 2004. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Ilda Maria Ribeiro Pação*.

Despacho n.º 8473/2004 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Fevereiro de 2004 do director nacional-adjunto, Dr. José Branco, da Polícia Judiciária:

Pedro Manuel Prata Monteiro da Silva, especialista auxiliar do escalão 1 do quadro da Polícia Judiciária — reclassificado na categoria de especialista-adjunto do escalão 1 do quadro da mesma Polícia, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2004. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Ilda Maria Ribeiro Pação*.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 8474/2004 (2.ª série). — Por despacho da directora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento de 7 de Abril de 2004:

Mestre em Direito Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva — nomeada, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2001, de 23 de Março, consultora do Departamento de Política Legislativa e Planeamento do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça, com efeitos a 1 de Maio de 2004.

7 de Abril de 2004. — O Director-Adjunto, *Pedro Duro*.

Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 8475/2004 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Outubro de 2003 do Secretário de Estado da Justiça:

Licenciado Fernando Alberto Pinto, comissário da Polícia de Segurança Pública — nomeado, em regime de substituição, director do Centro Educativo Padre António de Oliveira, deste Instituto, com efeitos a partir de 5 de Novembro de 2003. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Abril de 2004. — A Presidente, *Maria Clara Albino*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção Regional do Norte do Ministério da Economia

Despacho (extracto) n.º 8476/2004 (2.ª série). — Considerando que o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, nos seus artigos 13.º e 14.º, determina que os projectistas, os empreiteiros, os responsáveis pela execução dos projectos e os titulares das licenças de exploração possuam seguros de responsabilidade civil para cobrir eventuais riscos associados à respectiva actividade, cujos montantes serão definidos pela entidade licenciadora e que a Portaria n.º 1188/2003, de 10 de Outubro, obriga as entidades referidas a fazerem prova da existência do citado seguro em diferentes momentos do licenciamento, determino os seguintes montantes mínimos para os seguros:

Projectista — € 250 000;
 Empreiteiro — € 1 350 000;

Responsável pela execução — € 250 000;
Titular da licença de exploração — € 1 350 000.

8 de Abril de 2004. — A Directora Regional, *Maria Cândida Guedes de Oliveira*.

Inspeção-Geral das Actividades Económicas

Rectificação n.º 831/2004. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 7244/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 13 de Abril de 2004, rectifica-se que onde se lê:

«Fernando António Ramos dos Santos Silva — [...] — Inspector técnico principal [...]
[...]
Jorge Alberto Cardoso Pereira Lúcio — [...] — Inspector técnico [...]
[...]
Arlindo Fernando Martins de Azevedo — [...] — Inspector técnico [...]
[...]
Fernando José Miguens Isidoro — [...] — Inspector técnico [...]
[...]
Paulo Alexandre de Sousa Coelho — [...] — Inspector técnico [...]
[...]
Joaquim Carlos Magalhães Albuquerque — [...] — Inspector técnico [...]
[...]
António Carlos Paula Lima — [...] — Inspector técnico [...]
[...]
Idalina Maria Carvalho da Cunha — [...] — Inspectora-adjunta principal — 1 — 29»

deve ler-se:

«Fernando António Ramos dos Santos Silva — [...] — Inspector principal [...]
[...]
Jorge Alberto Cardoso Pereira Lúcio — [...] — Inspector [...]
[...]
Arlindo Fernando Martins de Azevedo — [...] — Inspector [...]
[...]
Fernando José Miguens Isidoro — [...] — Inspector [...]
[...]
Paulo Alexandre de Sousa Coelho — [...] — Inspector [...]
[...]
Joaquim Carlos Magalhães Albuquerque — [...] — Inspector [...]
[...]
António Carlos Paula Lima — [...] — Inspector [...]
[...]
Idalina Maria Carvalho da Cunha — [...] — Inspectora-adjunta principal — 1 — 290».

13 de Abril de 2004. — Pelo Inspector-Geral, o Subinspector-Geral, *Silvério Henrique da Costa Jónatas*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PASCAS

Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar

Rectificação n.º 832/2004. — Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 4537/2004 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 7 de Abril de 2004, rectifica-se que onde se lê «Presidente — Dr.ª Maria Margarida Marques Nogueira Araújo Blanc de Sousa» deve ler-se «Presidente — Dr.ª Margarida Maria Marques Nogueira de Araújo Blanc de Sousa».

12 de Abril de 2004. — Pelo Director-Geral, o Subdirector-Geral, *António Magro Tomé*.

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 8477/2004 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral das Pescas e Aquicultura de 5 de Abril de 2004:

Manuel Caetano da Conceição Machado, verificador principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicul-

tura — nomeado, precedendo concurso, verificador-chefe da carreira de técnico de verificação de produtos da pesca do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, com efeitos à data do despacho, ficando posicionado no escalão 2, índice 337, considerando-se exonerado da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Abril de 2004. — Pelo Director-Geral, a Directora da DAG, *M. Fernanda Guia*.

Despacho (extracto) n.º 8478/2004 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 8 de Abril de 2004:

Maria Amélia Ferreira Rodrigues Catarino Tavares e António Manuel da Silva Saraiva, especialistas de informática do grau 2, nível 2, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura — nomeados, precedendo concurso, especialistas de informática do grau 3, nível 1, da carreira de especialista de informática do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 1, índice 720, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Abril de 2004. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 8479/2004 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 8 de Abril de 2004:

Américo Faria Gomes e Adelino Brito Soares, verificadores auxiliares de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura — nomeados, precedendo concurso, verificadores de 2.ª classe da carreira de técnico de verificação de produtos da pesca do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 3, índice 244, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Abril de 2004. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Despacho (extracto) n.º 8480/2004 (2.ª série). — Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 13 de Abril de 2004:

Marcos de Jesus Ferreira Badalo, José Manuel Correia de Sousa Mendes e José Carlos Ferreira da Silva, verificadores auxiliares de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura — nomeados, precedendo concurso, verificadores auxiliares de 1.ª classe da carreira de técnico de verificação de produtos da pesca do quadro de pessoal da mesma Direcção-Geral, com efeitos à data do despacho, ficando posicionados no escalão 2, índice 199, considerando-se exonerados da anterior categoria a partir da data da aceitação. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Abril de 2004. — Pela Directora do Departamento de Administração Geral, a Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Rita Ferreira*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Despacho n.º 8481/2004 (2.ª série). — Por despachos de 5 de Março de 2004 do presidente do Instituto Geográfico Português e de 30 de Março de 2004 do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Paulo Henrique da Costa, técnico de 1.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário do quadro de pessoal do Instituto Geográfico Português — autorizada a sua requisição para a Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Abril de 2004. — Pelo Director Regional, o Subdirector Regional, *Luís Pinheiro*.

Despacho n.º 8482/2004 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Abril de 2004 do director regional de Agricultura da Beira Litoral:

Ermelinda Gomes Marques Coimbra, assistente administrativa especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral — reclassificada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro,